

O SERTÃO AMAZÔNICO COMO UM DESERTO

Leandro Belinaso Guimarães*

RESUMO: O artigo resulta de uma investigação de doutorado que estudou processos implicados na *nacionalização* da Amazônia brasileira, no período inicial da República. Defende-se a tese de que estavam em articulação processos culturais que buscaram *nacionalizar* o território amazônico concebendo-o como “abandonado” e “desértico”. Modos de narrar a floresta no início do século XX promoveram uma descontinuidade com formas encontradas nas literaturas de viagem do século XIX. O estudo mergulhou nos materiais produzidos pela viagem oficial de Euclides da Cunha à floresta, em 1905, como Chefe de uma Comissão que delimitaria as fronteiras amazônicas do Brasil com o Peru e a Bolívia.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Estudos culturais. Euclides da Cunha. Literatura.

THE AMAZON SEEN AS A DESERT

ABSTRACT: This article comes from a doctoral research that studied processes involved in the nationalization of the Brazilian Amazon in the early period of the Republic. It defends the thesis that cultural processes were being considered in order to nationalize the Amazon territory regarding it as “abandoned” and “deserted”. The way the forest was described in the early twentieth century promoted a discontinuity between the forms found in the travel literature of the nineteenth century. The study deepened into material produced by Euclides da Cunha’s official trip the forest in 1905 as head of a Commission to delimit the borders of Brazil and the Amazonian Peru and Bolivia.

KEY WORDS: The Amazon. Cultural studies. Euclides da Cunha. Literature.

* Dr. em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação, Coord. do “Grupo Tecendo – Educação Ambiental e Estudos Culturais”. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Depto. de Metodologia de Ensino. Campus Universitário – Trindade – CED/MEN sala 21. 88040-900 Florianópolis, SC, Brasil. Agência Financiadora: CAPES/Brasil. E-mail: lebelinaso@uol.com.br

Recebido em: 10/09/2010 Avaliado em: 22/09/2010

INTRODUÇÃO

O presente ensaio é resultado de uma investigação de doutorado que procurou compreender aspectos relativos aos processos implicados na *nacionalização* da Amazônia brasileira, no período inicial da República do Brasil, no começo do século XX. Neste estudo, defendo a tese de que estavam em articulação, naquele período da Primeira República brasileira, processos sociais, políticos, culturais e econômicos que buscaram *nacionalizar* o território amazônico. Em outras palavras, tais processos visaram, efetivamente, tornar aquele território, concebido como “abandonado” e “desértico” (ou seja, sem marcas de civilização), familiar à nação, integrado a ela e voltado ao seu desenvolvimento e ao seu progresso, tanto econômico como social. Tais pretensões instituíram determinados modos de narrar a floresta naqueles tempos, promovendo uma descontinuidade com formas predominantes encontradas nas literaturas científicas e estrangeiras de viagem - escritas no decorrer do século XIX.

O estudo mergulhou nos materiais escritos por um importante “literato” brasileiro (Euclides da Cunha), produzidos em decorrência de sua viagem à floresta, em 1905, como Chefe de uma Comissão patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores, que procurou mapear o rio Purus (desde sua desembocadura em Manaus até suas cabeceiras no atual Estado brasileiro do Acre) e, com isso, delimitar as fronteiras amazônicas do Brasil com o Peru e a Bolívia. É importante ressaltar que Euclides da Cunha havia sido alçado à posição de um importante pensador e escritor dos territórios “abandonados” da nação (dos seus interiores repletos de uma natureza hostil à ocupação e ao progresso civilizacional que se almejava ao país). O escritor havia visto por dentro o desenrolar do levante de Canudos (uma “revolta” popular contrária à República que se instalava no país, segundo a visão oficial daquele momento) no sertão brasileiro, como enviado do jornal “O Estado de São Paulo”. Tal experimentação jornalística, que incluiu o acompanhamento do massacre dos insurgentes pelas tropas militares republicanas, permitiu ao viajante escrever sua obra considerada máxima: “Os Sertões”, tido como um dos principais livros da literatura brasileira. E mais, essa obra foi consagrada, e publicada com “êxito fulminante”, desde o momento de sua primeira edição, em 1902 (ABREU, 1998). A investigação toma os textos *euclidianos* sobre a Amazônia como exemplares de discursos circulantes naquele período, que atuaram na instituição da floresta como um território nacional.

Este trabalho busca refletir, especialmente, sobre uma das pedagogias *euclidianas* sobre a Amazônia: a instituição da floresta como um território desértico. A necessidade de se vencer o deserto instalado no sertão amazônico, que sufocava terras e gentes,

foi um dos ensinamentos que o viajante pretendeu instaurar nos sujeitos responsáveis pela construção de uma nação brasileira desenvolvida, integrada e próspera de progresso e de civilização. Argumenta-se, a partir do campo multifacetado dos estudos culturais em educação, em suas vertentes pós-estruturalistas de pesquisa (COSTA, 2000; SILVEIRA, 2005), e dos estudos culturais da ciência (WORTMANN e VEIGA-NETO, 2001), que tais produções estiveram implicadas, ainda, na produção discursiva do território amazônico como um território *nacional*. Naquela época, conforme se defende na tese, a Amazônia foi produzida como um território *à margem da história*, como “desértico” de civilização e como ocupado por grupos humanos nômades; enfim, aquela era uma terra, segundo discursos circulantes à época, que tornava estrangeiros os brasileiros que se aventuravam a trabalhar no calor da floresta visando melhores condições de vida futura através da extração da borracha - cuja produção estava no auge naquele período (ALMEIDA, 2004; DAOU, 2000; ARAUJO, 1998). Assim, por este duplo abandono em que se encontravam tanto a floresta como os brasileiros que lá viviam, era preciso integrar a floresta à nação, tornar aquele território “familiar” e repleto de marcas de progresso e de desenvolvimento econômico e social. Nessa direção argumentativa, o presente estudo salienta que os materiais produzidos em decorrência da viagem oficial de delimitação territorial de Euclides da Cunha (sobretudo o diário e o relatório de viagem) diferenciam-se, sobremaneira, dos relatos de viagem processados por naturalistas e demais viajantes estrangeiros que percorreram a floresta no decorrer do século XIX, cujo olhar “científico” era proeminente, visto que descreviam - conforme se pode ler no sumário do livro “Quadros da Natureza” do importante naturalista alemão Alexander von Humboldt (1957) - “a vida noturna dos animais”, a “fisionomia das plantas”, “o papel dos insetos alados”, “as observações termométricas”, etc. Embora a viagem de Euclides da Cunha tivesse também apresentado um intuito “científico” (o rio Purus foi, efetivamente, medido, catalogado, mapeado), a “necessidade” de *nacionalizar* o território amazônico *exigiu*, entre outras coisas, o apagamento das marcas científicas e estrangeiras que os viajantes naturalistas inscreveram na floresta, no decorrer do século XIX.

Tecidas estas considerações introdutórias, passo a marcar sucintamente aquilo que irá compor este trabalho. Destaco neste ensaio, sobretudo, como se instituiu uma pedagogia para a Amazônia naqueles tempos iniciais de nossa República, que buscava apagar, dissolver, vencer o deserto em que estava jogada a floresta. Nessa direção, pontuo inclusive de que modo foi possível uma floresta exuberante, grandiosa e já tantas vezes enunciada como um paraíso terrestre, ser instituída como um território desértico.

UMA PEDAGOGIA *EUCLIDIANA* PARA A AMAZÔNIA: VENCER O DESERTO

Percorrer a Amazônia do início do século XX era uma tarefa monótona, pois os viajantes avançavam sobre um território desértico. O ‘Diário da Marcha’, relato escrito pelos tripulantes da viagem *euclidiana* pela floresta, descreve em muitas de suas passagens a monotonia que acompanhava os viajantes pelo deserto amazônico. No decorrer de suas páginas, comumente encontrei passagens como a escrita no dia 12 de abril de 1905: “continua a mesma monotonia a bordo, as paisagens se sucedem sem, contudo, variarem” (BRASIL, 1994). Como destaca Graciela Montaldo (2004), em suas análises sobre o pampa argentino, “o pampa, o deserto, é assim um território monótono, onde não se pode traçar linhas, erguer cercas, e muito menos sobreviver” (p. 132). Penso, então, a partir dessas passagens, que a Amazônia brasileira e o pampa argentino estavam unidos no infindável vazio de seus territórios, pois em ambos os casos uma monotonia escaldante abatia os transeuntes que se aventuravam a percorrer seus territórios.

No caso da Amazônia, caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros *preencheram* aquele deserto florestal naqueles tempos inaugurais da República do Brasil. Como argumentou Euclides da Cunha (1994b), em seu Relatório oficial da viagem, caucheiros e seringueiros constituíam “duas sociedades novas e originais” naqueles lugares (p.137), pois ambas já apresentavam em si mesmas atributos da civilização, pois, embora “estrangeiros” naquelas paragens, não eram tidos como bárbaros ou selvagens, tais como os agrupamentos indígenas, estes sim, com hábitos de vida conformados pela hostilidade da floresta. Caucheiros e seringueiros, pelo contrário, buscavam domá-la, preenchê-la, conquistá-la. Os grupos indígenas estavam vencidos por uma natureza hostil, caótica, desértica, desencantada. O viajante não desconsidera que as ocupações dos caucheiros e dos seringueiros na Amazônia tenham tido “uma função notabilíssima no *atual* momento histórico da América do Sul” (p.138). A função a que se refere o autor é o *preenchimento* da floresta, sua ocupação, sua paulatina transformação, enfim, sua conquista sobre o deserto. Nas palavras do viajante: De fato, sem eles toda a vasta região que vai de norte a sul, das últimas cabeceiras do Inambari à foz do Tarauaca [...], seria ainda o deserto. (CUNHA, 1994b, p. 138)

Sobral, erguido em 1898 [pelos seringueiros], demarca hoje [1904] a mais avançada atalaia dessa enorme campanha com o deserto. [...] quatro quintos do majestoso rio estão completamente povoados de brasileiros, sem um hiato, sem a menor falha de uma área em abandono, ligadas as extremas de todos os seringais... (CUNHA, 1994a, p.164)

Plantara uma cidade [o Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, ainda nas últimas décadas do século XIX]. Lábrea surgira em breve no deserto, perpetuando-lhe o nome, e tornando-se o mais avantajado ponto de apoio à conquista que prosseguia. (CUNHA, 1994a, p. 160)

Como se pode ler nessas passagens, era a conquista do deserto amazônico que estava em jogo naqueles tempos. Considero importante salientar que a metáfora do deserto, utilizada para narrar e instituir um exuberante e vasto território longínquo, esquecido e não-civilizado da nação, como a Floresta Amazônica, já perfazia as textualidades constitutivas de outras amplas regiões do norte do Brasil (tal como o chamado atualmente sertão nordestino) - vale lembrar que, no início do século XX, o nordeste ainda não emergira como uma territorialidade singular, ou seja, o país dividia-se, somente, entre o norte e o sul. (ALBUQUERQUE, 2001)

Em *Os Sertões*, considerada a principal obra de Euclides da Cunha, pode-se ler uma narrativa que dramaticamente nos vai mostrando o quanto a caatinga das regiões semi-áridas brasileiras afoga o viajante, “abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o numa trama espinescente e não o atrai; repulsa-o [...]” (CUNHA, 1988, p.38). Depois, ao referir-se ao sertão em tempos de raras chuvas, o autor chega a marcá-lo como um paraíso, no qual sua fauna resistente ressurgiu, pois ao “sobrevir das chuvas, a terra [...] transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior” (p.48). Porém, após alguns poucos meses nessa conformação paradisíaca, “surdamente, imperceptivelmente, [...] a seca se desenha outras vezes nas ramagens mortas das árvores decíduas [...]”. (p. 46)

Os desertos não são criados, segundo a epopeia *euclidiana*, simplesmente, pela natureza. A falta de chuva, em uma leitura pouco atenta, até poderia ser vista como a razão mais importante (e efetivamente se configura como um agente da conformação desértica da caatinga), para explicar porque vastas regiões da nação se tornaram tão inóspitas (pelo menos para a vida humana, pois há inúmeras espécies de seres vivos que são consideradas endêmicas na caatinga). Porém, o escritor vai marcando em *Os Sertões* que, historicamente, as práticas de fogo, tanto dos “silvícolas” como dos colonizadores, foram ações incendiárias “fazedoras de desertos”. Além de marcar as práticas e condutas humanas como apresentando responsabilidades pela construção de um território desértico, o autor sugere uma saída para extingui-lo: produzir um conjunto de tecnologias capazes de estancar e barrar as águas das chuvas por períodos de tempo maiores. Se em parte pelo menos os desertos foram construídos por práticas humanas (mas também pela natureza), serão as tecnologias de uma civilização que marcha rumo ao progresso que fará com que eles sejam vencidos. Nas palavras de Euclides da Cunha (1995a):

Não há mais elevada missão à nossa engenharia. Somente ela, ao cabo de uma longa tarefa (que irá das cartas topográficas, e hipsométricas, aos dados sobre a natureza do solo, às observações metereológicas sistemáticas e aos conhecimentos relativos à resistência e desenvolvimento da flora), poderá delinear o plano estratégico desta campanha formidável contra o deserto. (p.155)

A caatinga, a seca, as queimadas provocadas pelas práticas humanas, as escapadas rápidas das águas da chuva, a inoperante ação governamental combatendo tal fuga; toda essa imagem do deserto construída por Euclides, na primeira parte (A Terra) de *Os Sertões* parece estar muito distante de uma região como a floresta amazônica. Tal constatação me faz perguntar: como a Amazônia passou, também, a ser configurada como um território desértico do Brasil? De que modo tal conformação passou a emergir como aglutinadora de um mesmo modo de referir-se a espaços tão distintos em seus aspectos geográficos, biológicos, sociais e culturais? Essas perguntas fazem sentido neste momento, pois é recorrente, como destaquei no início do trabalho, na literatura de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, a metáfora do deserto para descrever, instituir e narrar tal território. Euclides em carta escrita em julho de 1908, para seu amigo Alberto Rangel, nos diz:

[...] anseio por outro mergulho no deserto. O deserto é para mim o Brasil ainda indene, ainda não ocupado por uma gente que não o merece. Mas não sei quando terei a ventura de ver-me outra vez na sociedade feliz dos rios, das constelações e das montanhas. (CUNHA *apud* LEÃO, 1946, p. 90)

Em uma entrevista, concedida em 1905, para um jornal de Manaus o viajante relata uma passagem da viagem, na qual explicita a vinculação da floresta com a imagem do deserto. Vejamos este elucidativo trecho nas palavras do viajante:

[...] levamos um mês para chegarmos à boca do Acre; e quinze dias depois, a 21 de maio [1905], tivemos de estacar antes da confluência do Chandless, em virtude do lamentável naufrágio do batelão Manoel Urbano, onde iam os nossos gêneros. Retidos pelo doloroso incidente, que nos desaparelhava de recursos precisamente à entrada do deserto, e impunha a reorganização da comissão enfraquecida justamente na ocasião em que deviam multiplicar-se as suas energias para investir com o desconhecido. [...] Íamos para o misterioso. (CUNHA, 1995b, p. 554, 555)

Início minhas reflexões sobre as indagações anteriores que compus - sobre como foi possível associar a imagem do deserto a um território ao mesmo tempo visto como exuberante, vistoso, repleto de uma surpreendente fauna e flora - fazendo referência a um artigo de Walnice Nogueira Galvão (2002). Nele, a autora diz que as sociedades: marítima (os homens do mar), focada na literatura de Joseph Conrad, sertaneja focalizada na obra de Euclides da Cunha e a beduína, na de Thomas Edward Lawrence - esses três importantes escritores do final do século XIX e início do século XX - foram construídas em contraste com as sociedades urbanas. Isso poderia explicar a aglutinação da floresta e do sertão na mesma metáfora desértica, já que ambos seriam vistos como territórios não-civilizados, contrapostos à civilização urbana e litorânea nas cidades em desenvolvimento da nação brasileira. Porém, como destaca a própria pesquisadora, há uma inversão da dualidade, pois no mar, no sertão ou no deserto (no caso *euclidiano*: nas regiões desérticas do Brasil) estaria o lugar de todas as virtudes e, ao contrário, nas cidades, a deterioração predominaria. Nas palavras da autora, para “Euclides a cidade é Sodoma, sede do vício e da degradação, da valorização do dinheiro, da corrupção, da troca mercantil generalizada” (p.186). E diz, ainda, que os “três escritores dão sinais de uma relação especial com o imperialismo finissecular, que condiciona suas vidas e suas obras (p. 184) [...]. Todos os três são arautos dilacerados do colonialismo e de seu corolário, o genocídio, que, além de testemunhar, deploraram”. (p.185)

Mais adiante em seu texto, Galvão (2002) chama a nossa atenção para o caráter diferencial de Euclides da Cunha. Se para Lawrence e Conrad seria notória a inserção de suas obras no âmbito do colonialismo e imperialismo do século XIX, no caso de Euclides, “ele foi testemunha do colonialismo, se for permitido abusar dessa noção, estendendo-a a episódios da modernização capitalista ocorridos dentro de um mesmo país...” (p. 197). Ressalta, com isso, os “desígnios do poder central, implementados pelas Forças Armadas, impostos à plebe da hinterlândia remota, que nem sequer concebe as razões da catástrofe que sobre ela se precipita e que acaba resultando em seu extermínio”. (p. 197)

Embora concordando com a suposição de que Euclides da Cunha poderia estar operando uma narrativa de inversão em consagrados dualismos tais como civilização e barbárie, gostaria de problematizar essa relação de oposição entre, por exemplo, o sertão (ou a floresta, no caso de minhas preocupações neste ensaio) e a cidade, tal como enfatiza a autora em suas análises. Acredito, talvez, diferentemente de Galvão, que a relação entre a floresta e a cidade tecida nos escritos de Euclides da Cunha seja de articulação, de hibridação e, não, de oposição. Em outras palavras, a floresta (como o sertão), estaria articulada à cidade através da barbárie que as habitam e que as constituem.

Como destaca Rocha (2005), “a diferença da perspectiva euclidiana consiste na corrosão com que observa ambos os elementos” (p. 55), ou seja, essa compõe uma narrativa crítica tanto das naturezas do sertão e da Amazônia (obstáculos, quase, intransponíveis à civilização), como, também, do homem que escraviza outros homens “selvagens” nos rincões da floresta, para trabalharem na extração da borracha; como também, ainda, das regiões urbanas que se desenvolviam como moldes, como copistas da civilização europeia.

Nesta mesma direção argumentativa, Garramuño (2003) enxerga em *Os Sertões* um rompimento da moderna dicotomia entre civilização e barbárie. Ao utilizar-se, narrativamente, de hipérboles, Euclides destacaria excessos cometidos em Canudos tanto pelos jagunços, como pelos soldados do exército brasileiro. Assim, nessa operação narrativa, se torna possível em alguns momentos considerar “bárbaras” ações e formas de vida tidas comumente como “civilizadas” e, ao mesmo tempo, tomar como “civilizadas” formas de vida comuns que poderiam ser vistas, em uma outra perspectiva, como “primitivas”. O interesse da pesquisadora reside em marcar, nos escritos de Euclides, que a “crítica ao Estado como origem da violência faz com que se rompa a dicotomia civilização-barbárie” (GARRAMUÑO, 2003, p. 221). De qualquer forma, como argumentou Roberto Ventura (1988),

Euclides julgava inexorável a marcha do progresso e da civilização, que traria a absorção do indígena e do sertanejo pelas raças e culturas tidas como superiores. Os sertões quer nordestinos, quer amazônicos, são vistos como desertos, espaços fora da escrita. Ao explorar a caatinga e a floresta e resgatar o sertanejo esquecido, o narrador-viajante procurava inseri-los na história. O escritor defendia a integração dos sertões à escrita e à história, cujos limites e fronteiras estariam em contínua expansão. Povoar, colonizar e escriturar são os instrumentos de tal transplante da civilização para os territórios bárbaros. Fora de escrita e da história, não há salvação: só existe o deserto. (p. 146)

Voltando a focar especificamente a metáfora do deserto, gostaria de dizer que os territórios desérticos não eram tidos, naquele tempo, como espaços que poderiam, legitimamente, ser considerados como pertencentes a alguma nação. A natureza enquanto entidade externa aos sujeitos humanos passou, já desde os séculos XVIII e XIX, a ser objeto de conquista, “lugar para ir e controlar” (MONTALDO, 2004, p. 125). A conquista desses territórios passava por uma operação que pretendia dotá-los de marcas de civilização e, portanto, torná-los legítimos territórios de uma nação. Nesta direção, a natureza precisava ser domesticada e os grupos humanos fixados e

civilizados. Os desertos eram como terras de ninguém, territórios não escrituráveis nos mapas de uma nação. Inscrevê-los, desenhá-los, traçar seus limites, apontar seus contornos não era uma simples operação cartográfica. Era também uma operação de se apoderar dos mesmos, através do seu *preenchimento*, de sua ocupação efetiva com os mais *elevados* atributos culturais de uma época, de uma nação.

Analisando as narrativas, no decorrer do século XIX, sobre as planícies argentinas próximas a Buenos Aires, Montaldo (2004) argumenta que a extensão sem limites daquelas terras, sem demarcações, inclusive, naturais, que pudessem ordenar e fixar o espaço, bem como a falta de uma população, instituiu àquelas paragens uma paisagem descrita como deserto. Nas palavras da autora:

[...] a idéia de vazio, de nada, na verdade se refere melhor a essa terra baldia sem lei ou propriedade, que exige, como contraparte, a constituição do Estado e da Nação, que serão a garantia do limite, da ordem e da lei [...]. O Estado cria o mapa e o mapa cria a nação. Quando as fronteiras estiverem delimitadas, os sentidos, e, portanto, as identidades, serão finalmente normalizadas. (p. 131 e 132)

Segundo Montaldo (2004), nos séculos XVIII e XIX, sendo a lei o estatuto que corrobora a propriedade, sua falta faz dos territórios lugares sem donos. Se um território desértico não tem dono, então a guerra passa a ser uma prática comum de usurpação do mesmo, isto é, a guerra passa a ser a única instituição que estabelece as relações entre os diferentes grupos (MONTALDO, 2004). E mais, a autora argumenta ser esta uma prática efetiva de disputa sobre o espaço desértico argentino no século XIX, ou seja, “bandos de índios, colonos e facções faziam guerra contínua para ocupar um espaço”. (p.128)

No final do século XIX, poucos anos antes da viagem de Euclides da Cunha à floresta, o atual território do Acre assistiu tanto a conflitos armados, como a disputas diplomáticas, entre as quais está a própria viagem das comissões do Brasil (chefiada por Euclides da Cunha) e do Peru pelo rio Purus, em 1905, já que ela fazia parte de uma estratégia de pacificação, conhecimento e domínio das regiões em litígio.

Segundo Veloso Leão (1946), em 1899 surge um movimento armado composto por grupos de seringueiros, que proclamariam a República do Acre tendo como seu “ditador” José Ramalho - emissário do governador do Amazonas Silvério Néri - “que via o seu Estado prejudicado pelos bolivianos” (p. 09). O governo do Brasil, atendendo a Bolívia, enviou tropas do exército e restabeleceu as autoridades bolivianas expulsas. Em fins de 1900 surgem novos confrontos. Em 1901, cria-se o “Bolivian Syndicate” - “empresa arrendada e financiada por capitais ingleses e americanos, a qual passaria

a gerir com ilimitados poderes as terras não demarcadas e ocupadas por brasileiros” (p. 09). [...] “O Acre era boliviano apenas de nome, mas brasileiro de fato [...]” (p. 10). Um último confronto armado teria sido o mais sangrento: organizaram-se os seringueiros comandados pelo agrimensor gaúcho Plácido de Castro, para uma “Revolução Acreana”, que “[...] assalta Xapuri e proclama a independência do Acre no dia 06 de agosto de 1902” (p.10), dominando, em alguns meses, todo o território. Será a intervenção e a política diplomática do Barão do Rio Branco que encerrou as guerras na região. O restabelecimento de soluções diplomáticas para os conflitos evidenciava que o deserto estava sendo conquistado e um dono efetivo estava ocupando-o: o Brasil. Segundo Hélio Scarabôtolo (1966), em 17 de novembro de 1903, foi assinado o ‘Tratado de Petrópolis’, entre o Barão do Rio Branco e dois ‘delegados’ bolivianos, Fernando Guachala e Cláudio Pirilla. Através desse tratado, se pôs fim “às pendências de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia” (p. 06). O Brasil adquirira junto à Bolívia 191.000 km², cedendo 2.296 km², incorporando “milhares de brasileiros, que viviam no Acre, ao seio da nacionalidade, pagou à Bolívia dois milhões de libras esterlinas e construiu a estrada Madeira-Mamoré” (SCARABÔTOLO, 1966, p. 06). Por outro lado, “os peruanos sentiam-se feridos com o Tratado de 1903” (p. 07). E essa seria a razão presumida das negociações diplomáticas que se seguiram entre o Brasil e o Peru, culminando com a viagem de Euclides da Cunha.

Como ressalta Montaldo (2004), seriam as práticas da pesquisa, do mapeamento, da descrição, do conhecimento que garantiriam a posse do território. Além de todos estes aspectos, à demarcação geográfica aliava-se intimamente o tipo de ocupação humana do território, isto é, era preciso provar que aquelas terras amazônicas já estavam prosperando nas mãos dos brasileiros. Vejamos um pouco, de forma breve, a historiografia das disputas diplomáticas do território amazônico (o atual Estado do Acre) pouco antes da viagem de Euclides da Cunha.

Em Ofício (BRASIL, 1905a) datado de 01 de setembro de 1905, endereçado por Euclides da Cunha ao Subcomissário de Polícia Administrativa em Catay (localidade às margens do rio Purus), o viajante comunica que fora consolidada a extensão até 31 de dezembro daquele mesmo ano, do acordo Brasil-Peru firmado em 13 de julho de 1904, pelo qual consignam a neutralização do território do alto Juruá e do alto Purus. Através desse acordo, o território a ser explorado pelas comissões mistas continuava a ser configurado como neutro, ou seja, como não pertencente à nação alguma. Serão os resultados dos trabalhos da viagem *euclidiana* (realizada, vale reforçar, conjuntamente com uma comissão peruana) que iriam determinar precisamente a quem pertencia aquele longínquo e desértico território.

No dia 24 de outubro de 1905, o Barão do Rio Branco emitira um telegrama (BRASIL, 1905b) endereçado a Euclides da Cunha solicitando, entre outras coisas,

informações sobre a nacionalidade dos habitantes de Catay - se eles possuíam estabelecimentos fixos ou se eram caucheiros. Como discutimos na seção anterior, associava-se aos caucheiros à figura do nômade e, portanto, a uma forma de ocupação do território que deveria ser combatida. Por esse mesmo motivo, os grupos humanos que estariam *preenchendo* o território amazônico necessitavam ser marcados, testemunhados e provados. Naquele tempo da viagem *euclidiana* à floresta estava em vigência um acordo de “modus vivendi”, pelo qual o território pertenceria ao país que nele tivesse a maioria populacional. Dessa forma, importava saber se lá estavam os peruanos caucheiros, considerados, como estudamos anteriormente, civilizados menores, ou se eram os “laboriosos” sertanejos brasileiros, capazes de construir uma civilização brasileira na floresta.

Em resumo, o deserto amazônico estava sendo conquistado, demarcado, integrado, domado e *preenchido* pelo seringueiro-sertanejo, esperança de edificação de uma próspera, desenvolvida, produtiva nação republicana brasileira em solos amazônicos. Enfim, instituir o território nacional passava por uma pedagogia que buscava uma vitória contra o deserto, contra esse território de nômades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os Sertões* na virada do século. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. V (suplemento), p. 93-115, 1998.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Enredos da tradição: a invenção histórica da região Nordeste do Brasil. *In: SKLIAR, Carlos; LARROSA, Jorge (Orgs). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-52, 2004.

ARAÚJO, Hermetes Reis. O mercado, a floresta e a ciência do mundo industrial. *In: _____, (Org.) Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Instruções para as comissões mistas brasileiro-peruanas de reconhecimento dos rios Juruá e Purus nos territórios neutralizados. *In: CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comissão de Reconhecimento do Alto Purus e Exército do Brasil. [Ofício a Antônio do Nascimento Linhares] comunicando que o Barão do Rio Branco anunciara em telegrama a prorrogação, até 31 de dezembro de 1905, do acordo provisório de 13 de julho de 1904 com o Peru, permanecendo assim durante o novo prazo “a neutralização do Alto Juruá, acima da confluência do Breu e a do Alto Purus a partir de Catay”. 1905a. 1f. Arquivo Histórico do Itamaraty.

_____. Ministério das Relações Exteriores. [Telegrama do Barão do Rio Branco] enviando perguntas sobre postos e habitantes da região de Catay. [s.l.], 24 out. 1905b. 1f. Arquivo Histórico do Itamaraty.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos culturais - para além das fronteiras disciplinares. In: _____. (Org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CUNHA, Euclides da. Plano de uma Cruzada. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995a. v. 1

_____. Os trabalhos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Euclides da Cunha**: Obra completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995b. v. 1

_____. Geografia do Alto Purus. In: _____. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994a.

_____. O Rio Purus. In: _____. **Um paraíso perdido**: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Organização de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994b.

_____. **Os Sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Anseios de amplidão. **Cadernos de Literatura Brasileira**, São Paulo, edição especial, n. 13 e 14; p.162-200, 2002.

GARRAMUÑO, Florencia. Rebeldes modernos: *Os Sertões*, Estado e refugiados. In: BRAVO, Álvaro Fernández; GARRAMUÑO, Florencia; SOSNOWSKI, Saul (Orgs.). **Sujetos en tránsito**: (in)migración, exílio y diáspora em la cultura latinoamericana. Buenos Aires: Alianza, 2003.

HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da Natureza**. São Paulo: Jackson, 1957. v. 1-2

LEÃO, Veloso. **Euclides da Cunha na Amazônia** (ensaio). Rio de Janeiro: São José, 1946.

MONTALDO, Graciela. **A propriedade da cultura**: ensaios críticos sobre literatura e indústria cultural na América Latina. Chapecó: Argos, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. O Brasil era a terra do exílio: Euclides da Cunha e o paraíso perdido. *In*: GOMES, Gínia Maria (Org.) **Euclides da Cunha**: literatura e história. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SCARABÔTOLO, Hélio. **Euclides da Cunha e o Itamarati** (Peru Versus Bolívia). Apresentação de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). **Cultura, poder e educação**: um debate sobre estudos culturais em educação. Canoas: ULBRA, 2005.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. V, (suplemento), p. 133-47. 1998.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos culturais da ciência e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

